

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
SCS, Quadra 1, Bloco K, Ed. Denasa n.º 30, 8º andar, CEP: 70398-900, Brasília, DF, Brasil
Telefone: (61) 3321-6341, fax: (61) 3321-4425
e-mail: andifes@andifes.org.br http://: www.andifes.org.br

Ata da LXIVª reunião ordinária do Conselho Pleno, convocada em 6 de julho de 2007 e realizada no dia 8 de agosto de 2007, em Brasília, com a pauta: 1) associação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) à Andifes, relator: reitor Oswaldo Baptista Duarte Filho (UFSCar); 2) apresentação do GT composto pela Comissão de Desenvolvimento Acadêmico, FORPROEX, FONAPRACE, FORGRAD, FOPROP e FORPLAD de uma análise do Decreto n.º 6.096/2007 (REUNI); 3) conhecer e analisar a proposta de transformação dos hospitais universitários em fundações estatais de direito privado, presidente José Roberto Ferraro (ABRAUHE); reitor Lúcio José Botelho (UFSC); procurador geral José Humberto Nozella (UFU); secretária executiva Márcia Bassit (Ministério da Saúde); procurador geral Giuseppe da Costa (UFRN); diretora Maria Ieda Costa Diniz (DEDES/SESu/MEC), representando o secretário Ronaldo Mota (SESu) e secretário José Wellington Alves dos Santos (Departamento de Residência e Projetos Especiais na Saúde/SESu); 4) Mozart Neves Ramos apresenta o projeto Todos Pela Educação; 5) assuntos gerais. Estiveram presentes os dirigentes ou seus representantes legais: Alex Bolonha Fiúza de Mello (UFPA); Aloísio Teixeira (UFRJ); Amaro Henrique Pessoa Lins (UFPE); Ana Dayse Rezende Dórea (UFAL); Antônio César Gonçalves Borges (UFPEl); Antônio Nazareno Guimarães Mendes (UFLA); Arquimedes Diógenes Ciloni (UFU); Aurina Oliveira Santana (CEFET-BA); Carlos Augusto Moreira Júnior (UFPR) Carlos Sigueyuki Sedyama (UFV); Clóvis Silva Lima (UFSM); Eden Januário Netto (UTFPR); Edward Madureira Brasil (UFG); Helvécio Luiz Reis (UFSJ); Henrique Duque de Miranda Chaves Filho (UFJF); Hidembergue Ordozgoith da Frota (UFAM); Ícaro de Sousa Moreira (UFC); João Carlos Brahm Cousin (FURG); João Luiz Martins (UFOP); José Ivonildo do Rêgo (UFRN); José Januário de Oliveira Amaral (UNIR); José Weber Freire Macedo (UNIVASF); Josué Modesto dos Passos Sobrinho (UFS); Lúcio José Botelho (UFSC); Luiz Bevilacqua (UFABC); Luiz de Sousa Santos Júnior (UFPI); Malvina Tânia Tuttman (UNIRIO); Marco Aurélio Leite Nunes (UFRA); Miguel Badenes Prades Filho (CEFET-RJ); Miriam da Costa Oliveira (FFFCMPA); Oswaldo Baptista Duarte Filho (UFSCar); Paulo Speller (UFMT); Pedro Angelo Almeida Abreu (UFVJM); Renato de Aquino Faria Nunes (UNIFEI); Ricardo Motta Miranda (UFRRJ); Roberto Salles (UFF); Roberto Ramos Santos (UFRR); Romulo Soares Polari (UFPB); Ronaldo Tadêu Pena (UFMG); Rubens Sérgio Rasseli (UFES); Thompson Fernandes Mariz (UFCG); Timothy Martin Mulholland (UnB); Ulysses Fagundes Neto (UNIFESP); Valmar Andrade (UFRPE) e Virmondos Rodrigues Júnior (UFTM). Dando início à reunião o presidente cumprimentou os presentes e passou a palavra ao relator reitor Oswaldo Baptista (UFSCar) para proferir parecer referente à inclusão das Universidades Federais da Grande Dourados e do Recôncavo da Bahia na Andifes. Este discorreu acerca do procedimento de inclusão e proferiu parecer favorável às duas ingressões, louvando essas novas adesões. O reitor Arquimedes convida o reitor Damião Duque de Farias (UFGD) e o vice-reitor da UFRB, Sílvio Luiz Soglia, à mesa. O primeiro agradece a todos pela recepção e o segundo apresenta escusa pela ausência do reitor da instituição e demonstra a satisfação em fazer parte da “família” Andifes. O presidente coloca em votação a proposta de ingresso das IFES e declara a adesão aprovada e discorre sobre o jantar de homenagem a dois ex-presidentes da Andifes, os professores Emídio Cantídio de Oliveira Filho e Wrana Maria Panizzi, diretor de programas da CAPES e vice-presidente do CNPq respectivamente, onde foi lançado, extra-oficialmente, o Plano Andifes Nacional de Assistência Estudantil. O secretário executivo da Andifes, Gustavo Balduino, discorre sobre o papel da Andifes na educação pública superior, o simbolismo da adesão de novas IFES na Andifes. O reitor Paulo Speller (UFMT) comenta sobre sua preocupação com referência à greve dos técnico-administrativos e o indicativo de greve dos docentes e apela por empenhamento de esforços para evitar esse acontecimento. O presidente informa que o reitor Timothy Mulholland (UnB), presidente da Comissão de Política de Recursos Humanos da Andifes (CPRH), está trabalhando em conjunto com o MEC para evitar tais acontecimentos. O reitor Arquimedes atenta para o fato de que no plano de saúde do servidor do governo contemplará apenas os técnicos-administrativos, fator de reivindicação dos docentes, encaminha a necessidade de marcar solenidade no MEC para oficializar o lançamento do Plano Andifes Nacional de Assistência Estudantil. O reitor José Ivonildo do Rêgo (UFRN), primeiro vice-presidente da Andifes, informa que à tarde haverá a reunião com o gerente executivo do Centro de Pesquisas da Petrobras para negociação dos convênios, na seção de propriedade e sigilo. O

reitor Ricardo Miranda (UFRRJ) informa que recebeu comunicado do Projeto de Lei n.º 1559/2007, em tramitação na Câmara dos Deputados, que acrescenta dispositivo à Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para vincular receitas federais à manutenção e desenvolvimento do ensino superior das universidades públicas estaduais e municipais. O reitor Alex Bolonha (UFPA) secunda o reitor Ronaldo Pena (UFMG) sobre a invasão de reitorias e pede que a Andifes analise e encaminhe esse assunto ainda no período da manhã. A reitora Malvina Tuttman (UNIRIO), presidente da Comissão de Desenvolvimento Acadêmico (CDA), apresenta relato sobre as diretrizes gerais do Decreto n.º 6.096/2007 (REUNI): 1) metas: relação professor x aluno e índices de noventa por cento de retenção; 2) dimensões: ampliação da oferta da educação superior pública, reestruturação acadêmico-curricular, renovação pedagógica da educação superior, mobilidade intra e inter institucionais; compromisso social, suporte da pós-graduação; 3) pontos debatidos: reposição do passivo de vagas docentes; Art. 3º, sobre divisão do custeio: vinte por cento de custeio, igual a manutenção e vinte por cento referentes a pessoal ativo, os acréscimos caem na categoria de investimento; remanejamento do orçamento de pessoal para manutenção. O reitor Ivonildo encaminha que a coordenadora da DEDES/SESu, Maria Ieda Diniz, responda a essas questões por escrito. A reitora Malvina replica que essas já foram passadas com a professora Maria Ieda e agora são ponto de debate entre os dirigentes. A reitora Malvina (UNIRIO) retoma a apresentação: 3.1) o remanejamento pode ser efetuado levando-se em consideração as metas; 4) CEFETs não serão contemplados no Decreto, porém poderão futuramente receber atenção, se em parceria de trabalho com as universidades; 5) os recursos de investimentos não sofrem correção ao longo dos quatro anos; 6) não há obrigatoriedade na carta de apresentação, a qual tem duas dimensões: informe e dados sobre adesão das instituições ao Programa REUNI e na possível orientação para projetos a serem apresentados; 7) não haverá priorização nas dimensões propostas pelo REUNI, as quais têm que ser mantidas, independente do fato de estarem em uso no projeto apresentado; 8) as universidades consideradas de pequeno porte serão contempladas com atendimento diferenciado na relação do investimento do MEC; 9) maior comprometimento do CNPq na esfera da articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a básica; 10) caso a instituição opte por não aderir ao Decreto 6.096/2007, o MEC não apoiará os projetos desenvolvidos pela mesma, os investimentos sairão do orçamento da própria IFES, com exceção de situações emergenciais; 11) mudança na data de entrega dos programas para quinze de outubro. A reitora também sugere que a Andifes faça um encaminhamento para formalizar o prazo de quinze de outubro e o reforço quanto à preocupação da entidade em relação à diferença no tratamento às universidades de menor porte prometido pelo MEC. O reitor Ivonildo (UFRN) congratula a CDA pelo esforço e pelo trabalho realizado a fim de ajudar as Instituições a se inserirem no Programa REUNI da melhor forma possível. O reitor Thompson Mariz (UFMG) afirma que a adesão da instituição ao Programa REUNI é compulsória e ressalta pontos com algum conflito no Programa: a discrepância de ritmos de trabalho entre Ministério do Planejamento, Casa Civil e Congresso em relação ao MEC; a falta de menção orçamentária no Decreto 6.096/2007 dos FGs e CDs; prevalência sob a decisão final de projetos: autonomia da instituição ou da junta avaliadora; dúvidas quanto às garantias de liberação dos recursos no prazo estipulado. O reitor Oswaldo (UFSCar) opina que o prazo definido para definição de projetos é exíguo, dada a quantidade e importância dos mesmos; solicita esclarecimentos sobre a necessidade de se definir com precisão desse prazo. O reitor Amaro Lins (UFPE) replica ao reitor Oswaldo que a resposta dada pelo MEC com referência aos questionamentos dele é que a IFES que não aderir ao Programa REUNI em 2007, poderá fazê-lo em 2008; reforça a necessidade de debate com o MEC baseado na cautela; constituição da Comissão Avaliadora de projetos apresentados. O reitor Pedro Ângelo (UFVJM) ressalta as particularidades das universidades de pequeno porte: 1) a ausência de discussão sobre REUNI ou outros programas; 2) impossibilidade de apresentar planos de expansão; 3) pressão política para abertura de novos *campi* da instituição. O reitor Moreira (UFPR) analisa: 1) a expansão acadêmica; 2) todas as IFES devem aderir ao programa REUNI; 3) questiona se a CGU irá cercear a forma como as IFES destinam os recursos repassados; 4) meios para expandir em locais e unidades distintos dentro de cada IFES. O secretário executivo da Andifes examina: 1) expansão com normatização geral, com características diferenciadas; 2) a disposição do ministro da educação, Fernando Haddad, em fazer a máquina da educação andar; 3) censura do MEC não pode ser parâmetro para as IFES e seus dirigentes; 4) a importância de se ter em mente que dificuldades sempre estarão presentes na implantação de um programa desbravador e desafiador como o REUNI; 5) a forma laboriosa da equipe de assessoria da SESu/MEC em trabalhar para chegar aos já bons resultados; 6) diferenças entre a redação do Decreto n.º 6.096/2007 e a normatização do mesmo. O reitor Roberto Salles (UFF) parabeniza a CDA pelo trabalho e discorre

acerca do desejo do governo de parceria com as IFES para partilhar do Programa REUNI; suas desconfianças sobre pontos do Programa e da exigüidade do prazo estipulado para entrega de projetos. O presidente encaminha sobre 1) educação a distância; 2) durante a reunião em Belém, a Andifes reiterou sua posição política de apoio ao REUNI; 3) a comissão avaliadora dos planos apresentados ao Programa REUNI deve ser formada com o aval da Andifes e com os vice-dirigentes regionais; 4) a Andifes não aceitará a exclusão das IFES que, por motivos outros, não conseguir atingir as metas especificadas no Programa REUNI. O reitor Aloísio (UFRJ) discorda da participação da Andifes na Comissão Avaliadora mencionada, pois esta não pode perder seu caráter representativo e os recursos factíveis para 2008, com o avanço dos projetos. O reitor Ivonildo (UFRN) secunda as palavras do reitor Aloísio. Gustavo Balduino elucida que a entidade serve como base para debates e reforça a necessidade de se ter transparência nos projetos dentro das IFES. A reitora Malvina (UNIRIO) reforça a posição da CDA em não assumir qualquer postura política durante a reunião com a SESu/MEC e que o momento é de acompanhar o processo e não regulamentá-lo. O reitor Ivonildo (UFRN) expõe que a participação da Andifes deve ser de acompanhamento políticos. O reitor Arquimedes (UFU) reforça que a Andifes acompanhará o andamento de questões importantes, tais como Educação a Distância, os momentos de entrega de projetos, as peculiaridades de cada IFES e segue com a pauta, onde o reitor Moreira (UFPR) com a apresentação da Rede Federal de Rádios e TVs Universitárias. O reitor Moreira (UFPR) agradece aos representantes que participaram do grupo de trabalho para a confecção de documento sobre a Rede IFES de TV e apresenta algumas constatações: 1) as IFES que têm TVs acarretam altos custos à instituição; 2) não há permuta de programação entre as TVs universitárias; 3) nem todas as IFES têm TVs universitárias, o que será dirimido com a constituição de uma rede, por meio de uma infovia obtida por software livre em E-RNP, onde os programas são armazenados e acessados imediatamente. Desta forma, a constituição da Rede IFES possibilitará: 1) permuta de programação; 2) fomentar a criação de TVs em um maior número de IFES; 3) participar de editais públicos de fomento de educação e pesquisa; 4) habilitar a propaganda governamental; 5) credenciar a Andifes como interlocutora entre os órgãos governamentais e as TVs. O professor Carlos Rocha (UFPR) salienta alguns detalhes do projeto Rede IFES de TVs: 1) é de pesquisa com registro dentro de uma IFES; 2) é elaborado para atender as necessidades das instituições federais; 3) e respeita a autonomia das instituições; 4) o primeiro ciclo de testes já foi concluído com excelentes resultados. O presidente esclarece que a Andifes, após a aprovação do Conselho Pleno, levará o projeto para fomento junto aos Ministérios cabíveis. O reitor Amaro Lins (UFPE) opina sobre o orçamento do projeto e a possibilidade de a Comissão da Rede IFES de TV em promover um seminário a fim de congregar todos os representantes das IFES para desenvolver novos projetos dentro da digitalização e da TV Pública. O reitor Roberto Salles (UFF) exalta a importância do projeto Rede IFES de TV junto à sociedade e apóia o mesmo, além de pedir a aprovação da minuta do documento imediatamente. O professor Carlos Rocha (UFPR) esclarece que a Rede IFES é uma rede de sinais e auxilia na implantação de TV em uma IFES na diminuição dos custos. Ela não substituirá o procedimento de geração, mas sim disponibilizará programações para manter a TV em um regime de 24 horas com respeito à autonomia. O reitor Roberto Ramos (UFRR) questiona sobre o nível de participação do Ministério das Comunicações no projeto de Rede IFES de TV e sobre o processo de outorga de TV universitária. O assessor de comunicação Sérgio Duque Estrada (UFRJ) relata os resultados da reunião ocorrida no MEC para tratar do Projeto Rede IFES de TV. O presidente da Andifes coloca a minuta do documento do Projeto de Rede IFES de TV em votação, a qual é aprovada por unanimidade pelo Conselho Pleno orienta para os encaminhamentos seguintes. O reitor Arquimedes encaminha que será organizada uma comissão para redação de um documento para ser apresentado em referência ao movimento de invasão das reitorias. Na retomada da reunião, o presidente da Andifes convida à mesa os senhores: presidente José Roberto Ferraro (ABRAUHE); reitor Lúcio Botelho (UFSC); o procurador geral José Humberto Nozella (UFU); secretária executiva Márcia Bassit (Ministério da Saúde); Maria Ieda Costa Diniz (DEDES/SESu/MEC) e secretário José Wellington Alves dos Santos (Departamento de Residência e Projetos Especiais na Saúde/SESu). Dando início ao debate, de caráter informativo, sobre transformação dos hospitais universitários em fundações estatais, para dar aos reitores condições de formar opiniões. O reitor da UFSC narra os fatos históricos e a conjuntura atual dos hospitais universitários, e opina que a crise só será resolvida quando houver entrada de novos capitais e visão de futuro e planejamento. O procurador Nozella discorre acerca da fundação estatal afirmando que acompanha o tema já há algum tempo: 1) a questão de fundação de direito privado no âmbito governamental não é uma novidade; 2) o modelo vigente não admite uma fundação estatal sem controle, externo, interno e social; 3) o projeto de lei complementar encaminhado para aprovação

no Congresso Nacional possibilita a instituição de fundações de direito público e privado, especialmente essa última; 4) além da aprovação congressional, o projeto ainda necessitará de leis ordinárias para setorização; 5) a fundação será instituída pela IFES, regida por uma lei ordinária e será vinculada à universidade; 6) a fundação estará inserida no âmbito de administração federal indireta. A secretária executiva Bassit aborda os aspectos de gestão das fundações estatais: 1) exalta o sucesso da política de saúde, porém enfatiza aspectos negativos do Sistema Único de Saúde – SUS, numa revisão de sua história; 2) o projeto de fundação estatal surgiu da necessidade de se melhorar o SUS; 3) as fundações estatais farão atendimento exclusivamente no âmbito do SUS; 4) o financiamento é através de contrato de gestão; 5) novos mecanismos de acompanhamento e prestação de contas; 6) o foco principal do projeto é o compromisso com as metas estabelecidas; 7) a autonomia de gestão é fundamental para a eficiência. Explicita, ainda, os meandros para aprovação das leis para cada hospital. O reitor da UFF discorre acerca do Sistema Único de Saúde e hospitais universitários, especialmente o Hospital Universitário Antônio Pedro, sob a responsabilidade da UFF, enfatiza que, para funcionar de forma digna, o Ministério da Saúde deve corrigir uma série de imperfeições que existem no sistema e prover condições para um bom trabalho e rechaça a idéia de fundação estatal de direito privado. O reitor Virmondes (UFTM) enumera os problemas de gestão e financiamento dos hospitais universitários, em particular o Hospital Escola da UFTM. Bassit replica que os fatos mencionados pelo reitor Salles não são de sua alçada para debate e que há concordância ao dito pelo reitor Virmondes (UFTM) com em referência à gestão dos hospitais universitários, porém são itens a serem debatidos nos próximos anos. O presidente agradece a valiosa participação da secretária executiva e deixa duas questões 1) a convocação breve da reunião da Comissão Interinstitucional de Hospitais Universitários para tratar contratualização; 2) se o Governo Federal já se debruçou sobre os custos para a transformação dos hospitais universitários em fundações estatais, pois sem a entrada de novo recurso, não haverá uma gestão bem sucedida. Bassit responde que, no referente ao Ministério da Saúde, as contas estão sendo feitas, porém tais cálculos também devem ser feitos pelos próprios dirigentes das IFES. O Dr. José Roberto Ferraro, presidente da ABRAUHE, também discorre de forma conceitual dos hospitais universitários (HUs): 1) o hospital universitário deve ser considerado como uma unidade de ensino dentro da universidade; 2) como uma unidade de ensino, deve-se enfrentar de forma equilibrada as questões de assistência, ensino e pesquisa; 3) o hospital universitário é responsável pela formação de profissionais que atuarão nas outras instituições; 4) os problemas inerentes ao SUS dos hospitais; 5) a impossibilidade de se atender a remuneração adequada da tabela SUS; 6) os fatos que geraram a criação do Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino; 7) a certeza de que os modelos existentes serem insuficientes para atender questões de resultados qualitativos sem a companhia do financiamento; 8) todo o sistema requer tempo para atingir o objetivo, porém ações imediatas devem ser tomadas para sanar dívidas; 9) a nova figura jurídica no contrato de gestão vai levar em conta não somente questões assistenciais, mais questões da universidade, daí a necessidade da assinatura do dirigente da IFES. O professor José Wellington Alves dos Santos, do Departamento de Residência e Projetos Especiais na Saúde/SESu reflete acerca: 1) da situação dos hospitais universitários e a premência a respeito do financiamento dos mesmos; 2) das providências tomadas dentro do âmbito do Ministério da Educação; 3) propostas para atender categorias outras, além do nível superior; 4) aumento da quota da Comissão Interinstitucional; 5) melhor aparelhagem dos HUs em parceria com os Ministérios da Saúde e Planejamento. O presidente reitera que o debate em curso é de caráter unicamente informativo e esclarecedor. O reitor da UFSC questiona sobre o passivo de gestão e a não constituição de uma rede de HUs. O reitor Naomar Monteiro (UFBA) relata sobre os progressos na área da saúde nos estados da Bahia e Sergipe, principalmente em referências aos HUs e relembra os temas tratados não são novos, e já foram debatidos em ocasiões anteriores, em especial o financiamento. O reitor Amaro Lins (UFPE) conclama que não há mais ponto de adiamento na decisão acerca dos HUs e propõe que a Andifes se responsabilize pela discussão, com um prazo determinado e chama a atenção para três pontos principais acerca dos HUs: 1) o financiamento; 2) a negociação da tripartida; 3) a eficiência do projeto de fundação estatal, a qual só será atingida com o acordo em todos os níveis. O reitor Moreira (UFPR) ressalta que a base do problema é o recurso e anui com a opinião do reitor da UFSC, além de defender a manutenção das fundações próprias de cada IFES. Ferraro esclarece que o modelo autárquico, mesmo com recursos, não é compatível com o proposto pelo Governo Federal. O secretário executivo da Andifes reflete acerca: 1) a relação de trabalho esteja vinculada à eficiência individual; 2) a real necessidade da existência de um hospital universitário; 3) o poderio de uma IFES detentora de um hospital universitário. O reitor Arquimedes chama o professor Mozart Neves Ramos, Diretor Executivo da ONG Todos Pela

Educação, à mesa para externar suas idéias a respeito da Educação Básica que passa a apresentar o programa Todos Pela Educação, lançado em seis de setembro de 2007, com metas inserido na luta pela melhoria na educação pública: 1) a importância em não ter a finalidade de captação de recurso público; 2) o programa não faz política pública; 3) a mobilização de entidades responsáveis por colocar a educação como prioridade no país. O diretor do Todos Pela Educação convida a Andifes para participar da comemoração do primeiro ano do Programa Todos Pela Educação, assim como para ser participante ativa para dirimir o hiato entre o ensino superior e a educação básica e propõe que as pró-reitorias de extensão atuem como observatórios da educação pública a fim de quebrar barreiras de isolamento entre todos os níveis educacionais. O presidente parabeniza o professor Mozart pela iniciativa e dedicação de vida à educação não só das pró-reitorias de extensão, mas também de outras vertentes para atingir tal objetivo. reitor Naomar Monteiro (UFBA) fornece sua contribuição sobre o Programa Todos Pela Educação, e pede prioridade na dimensão do Decreto REUNI que trata da articulação da instituição de ensino superior com a Educação Básica. O reitor Arquimedes prossegue com a pauta com uma análise do Decreto n.º 6.170 e suas complexidades. O reitor Timothy Mulholland (UnB) discorre acerca de Lei n.º 11.087, a qual trata da GED e encaminha para a Andifes tratar o assunto com a seriedade necessária. Gustavo Balduino informa que foi recebida e encaminhada às IFES proposta apresentada pelo Governo Federal à FASUBRA para negociação do término do movimento de greve dos técnico-administrativos. O procurador Nozella discorre sobre o Decreto n.º 6.170, de 25 de julho de 2007, o qual dispõe sobre normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, ressaltando: 1) o termo “contrato de repasse” é uma nova figura jurídica; 2) os termos artigo 2º, no entender do procurador geral, não comprometem a relação entre as instituições de ensino superior e a fundação; 3) há uma abertura para a área de contratação de serviços; 4) as preocupações dos dirigentes com relação a certo termos do Decreto é improcedente. O reitor José Ivonildo (UFRN) relata resultados da reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia da Andifes com o Diretor Executivo do Centro de Pesquisas da Petrobrás, Carlos Tadeu Fraga, destinada a finalizar a conversação acerca dos contratos com a entidade para institucionalizar as relações. O reitor da UFSCar informa dos trâmites seqüentes para a finalização do contrato com a Petrobrás. O presidente dá encaminhamentos diversos de compromissos agendados com outras instituições e entidades. As declarações completas dessa reunião estão gravadas e disponíveis para consulta. Nada mais havendo a tratar, eu Gustavo Henrique de Sousa Balduino, secretário executivo, lavrei a presente ata.

Gustavo Henrique de Sousa Balduino
Secretário executivo da Andifes